

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Cronica Brasileira*

Class.: 828

Data: 11.02.89

Pg.: _____

Forças Armadas vão retirar os garimpeiros

4468
JOÃO CARLOS HENRIQUES

As Forças Armadas vão retirar os milhares de garimpeiros — entre 10 e 40 mil — que estão em quatro áreas indígenas do grupo Yanomami, localizadas a cerca de duas horas de voo de Boa Vista (RR), próximas à região do Pico da Neblina. A informação é de fonte governamental que participou da reunião de anteontem, no Palácio do Planalto, com os ministros Bayma Denys, do Gabinete Militar, Ivan de Souza Mendes, do SNI, Oscar Dias Corrêa, da Justiça, João Alves, do Interior, o presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira e o secretário-geral do Itamarati, Paulo Tarso Flecha de Lima.

A proposta partiu do presidente da Funai e foi imediatamente encampada pelo ministro Oscar Dias Corrêa. Depois de duas horas de reunião, Oscar Corrêa e João Alves submetem as deliberações ao presidente José Sarney, que concordou com a proposta.

Ficou acertado que o governo vai encaminhar mensagem ao Congresso Nacional, com exposição de motivos, pedindo verba especial para custear as despesas de desocupação da área. Se depender de vontade do ministro da Justiça, a mensagem será enviada na próxima segunda-feira.

O grupo de ministros dará total apoio às Forças Armadas. Eles entendem que só através de uma ação conjunta dos Ministérios da Aeronáutica, Exército e até mesmo do Ministério da Marinha — a região tem muitos rios e áreas alagadas — se poderá ter êxito na retirada dos milhares de garimpeiros que invadiram o território Yanomami.

Apesar de ser ex-presidente da Funai, o atual governador de Roraima, Romero Jucá Filho, não foi consultado sobre a operação a ser desencadeada. A retirada de garimpeiros trará sérias consequências econômicas ao novo Estado, cuja principal fonte de renda vem do ouro dos

garimpos. As quatro áreas Yanomami onde se localizam os garimpeiros são: Demini, Matukaka, Tototobi e Mukajaj.

O extinto IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) chegou a conseguir medida liminar na Justiça Federal do Amazonas para retirar os garimpeiros do Parque Nacional do Pico da Neblina, próximo dessas áreas indígenas. O Parque Nacional possui cerca de um milhão de hectares.

Os motivos da decisão de retirar os garimpeiros são vários, entre eles o da sobrevivência dos Yanomami. O principal, porém, é que esse grupo indígena — o maior do País — desperta a atenção internacional, principalmente depois que o índio Davi Kopenawa, Yanomami, ganhou o prêmio ecológico Global 500 concedido pela ONU.

Poucos brasileiros sabem que o Brasil é o único País do mundo que tem grupos indígenas isolados, que ainda não tiveram contato com o branco. Ecologistas e políticos estrangeiros têm manifestado preocupação com a sobrevivência desses grupos, em particular com os Yanomami.

CANADA

O ex-Primeiro-Ministro do Canadá, Pierre Trudeau, em sua visita ao Brasil — hoje ele está em Manaus — visitou, acompanhado dos senadores canadenses Jack Austin e Leo Koller, os índios do Xingu entre terça e quinta-feira desta semana. De lá, seguiu para a Serra do Cachimbo, no Pará e depois para Roraima.

O ex-presidente Jimmy Carter e o candidato democrata às últimas eleições presidenciais dos Estados Unidos, Michael Dukakis, já manifestaram o seu desejo de visitar alguns grupos indígenas do Brasil. A informação da visita de Trudeau e dos senadores canadenses ao Xingu foi confirmada pelo presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira.

Operação já foi solicitada

A primeira iniciativa para retirar garimpeiros de áreas indígenas já foi tomada em Brasília. A Polícia Federal, e o Exército e Aeronáutica vão atuar na expulsão de 300 garimpeiros que invadiram áreas do Parque Nacional do Pico da Neblina, na divisa do Brasil e Venezuela. A operação foi fechada ontem pelo ministro do Interior, João Alves, e pelo presidente do Ibarn, Fernando Mesquita. O trabalho vai durar cerca de três meses e visa deixar livre a reserva indígena onde vivem os índios Yanomami. Nesses 90 dias, outras operações serão desencadeadas especialmente na região Norte.

João Alves, que instalou hoje a comissão especial encarregada de promover a estruturação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBMARN), num prazo de 45 dias, ponderou que a questão da preservação ambiental no Brasil deve ser tratada sem passionalismos, enfatizando a conciliação da ecologia e da economia. Isto porque, na opinião do ministro, o Brasil é um País em desenvolvimento, onde ainda se registra muita miséria e elevar a qualidade de vida dos habitantes é prioritário. Para João Alves, o governo brasileiro está aberto às sugestões dos organismos nacionais que tratam do assunto.

No caso específico da Amazônia, o ministro defendeu a ocupação racional do território — "além de uma preocupação do presidente Sarney, que é o primeiro chefe de executivo que vem desta região", enfatizou o ministro. O erro maior, na opinião do ministro, é deixar aquela área fora do processo de desenvolvimento do País, colocando-a numa redoma. O titular do Interior recordou, porém, que não há, ainda, uma técnica adequada de exploração para a selva Amazônica, ao observar que a

região se subdivide em várias regiões, como a do cerrado, das selvas intermediárias e da selva propriamente dita. Esta última, informou o ministro, está preservada, já que cerca de 3 por cento da área chegou a ser atingida pelo desmatamento.

Nesse sentido, ele lembrou a importância de duas importantes ações que o governo está desenvolvendo. A primeira delas é o mapeamento agro-ecológico do País, principalmente o da região amazônica. O levantamento de Rondônia já está terminado, estão sendo feitos os mapeamentos do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás (os três estados que estão abrindo cerca de 90 por cento da imigração, em razão do grande potencial oferecido por esta fronteira agrícola) e, a partir deste mês, a FAO começa o trabalho similar em toda a área amazônica.

A segunda, é a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, que reúne os quatro órgãos que se ocupavam da questão ambiental do País — Sema, Sudepe, Sudhevea e IBDF. Sob a presidência do jornalista Fernando César Mesquita, o órgão, uma autarquia especial que conta com autonomia administrativa e financeira, deverá coordenar as ações do governo na área de meio ambiente, de forma descentralizada.

O ministro ainda revelou que na próxima semana, junto com Fernando César a partir de quarta-feira, deverá viajar à região Norte, cujo roteiro prevê passagem pelos estados de Rondônia, Amazonas e território de Roraima. Em companhia de Fernando César Mesquita, ele também irá ao pantanal Mato-grossense, numa segunda etapa.

DIVULGAÇÃO



O ministro João Alves, ao abrir a reunião da comissão do IBMARN, disse que a Amazônia é dos brasileiros